

PROCESSO - A.I. Nº 210560.0027/03-0
RECORRENTE - ADSYS SISTEMAS AVANÇADOS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0375-03/03
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 16.12.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0674-11/03

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Tais constatações indicam que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Parcialmente comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Os elementos citados nas razões do recurso são insuficientes para modificar a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra a Decisão da 3ª JJF que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração para exigir ICMS em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de suprimento de caixa de origem não comprovada.

Sustenta a Decisão da 3ª JJF, ora recorrida que:

- o Auto de Infração em lide encontra-se apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais, haja vista que indica os elementos necessários para se determinar com segurança a infração;
- os recibos de empréstimos da pessoa física Sr. José Carlos Mendes Pires, sócio da empresa autuada, não podem ser aceitos como capazes de elidir a autuação, haja vista que não há juntada das declarações de rendimentos, demonstrando a possibilidade financeira do sócio suportar os aportes de recursos, bem como a existência do alegado empréstimo;
- os valores lançados no extrato do Banco do Brasil, relativo a empréstimos efetuados por algumas empresas também não são suficientes para elidir a autuação fiscal, uma vez que não foram acompanhados dos respectivos documentos contábeis que permitiriam o cotejo dos lançamentos com a documentação correspondente ao movimento financeiro, de acordo com as datas de ocorrência dos fatos;
- a alegação de que houve ingresso dos recursos não foi acompanhada da documentação completa, tal como Declaração de Imposto de Renda do autuado e dos supostos empréstimos, a fim de verificar a existência real de tais empréstimos e capacidade financeira das empresas para conceder-los;
- os valores referentes aos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil devem ser excluídos da autuação, haja vista que foram declarados pela própria instituição;
- estão comprovados os valores concernentes à venda para entrega futura, devendo, portanto, serem retirados da autuação;

Conclui pela Procedência em Parte do Auto de Infração, uma vez que apenas uma parcela dos valores objeto da autuação tiveram sua origem comprovada.

Insatisfeito com a referida Decisão o recorrente interpôs Recurso Voluntário, sob os seguintes fundamentos:

- os extratos bancários anexados à peça impugnatória são tão merecedores de credibilidade, quanto os empréstimos concedidos pelo próprio banco, já que se trata da mesma forma de declaração da instituição;
- cabe ao Fisco o ônus de provar que tais transferências não têm natureza jurídica de empréstimo.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, entendeu que os argumentos recursais não têm o poder de modificar a Decisão guerreada, posto que as alegações não foram comprovadas.

VOTO

Após a análise dos autos verifico que o cerne da lide em tela consiste em estabelecer se os extratos bancários nos quais constam transferências de créditos *on line* para a conta corrente do recorrente, bem como as declarações das empresas que são titulares das contas que cederam tais créditos são hábeis para comprovar a origem dos valores, e, por conseguinte, descaracterizar a omissão de saída, a qual ensejou o Auto de Infração em comento.

Com efeito, entendemos que tais documentos não estão aptos para elidir a referida autuação. Isto porque, não há juntada dos documentos contábeis capazes de viabilizar a ratificação no sentido de que tais valores, efetivamente, foram objetos das referidas operações. Em outras palavras, o simples extrato de movimentação da conta corrente não é capaz de ratificar a natureza da operação realizada, de modo que deveria o recorrente trazer aos autos eventuais declarações de imposto de renda dos envolvidos, para fins de prova efetiva.

Ademais, conforme disposto no § 3º, art. 2º do RICMS/BA a presunção da ocorrência de operações sem o respectivo pagamento do imposto devido apenas será desconsiderada caso o contribuinte comprove a sua improcedência. No presente caso, entendemos que não fora efetivado prova nessa direção, razão pela qual a infração deve subsistir.

Ante o exposto, por não constatar nos autos fatos ou fundamentos capazes de alterar o julgado, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para manter na íntegra a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 210560.0027/03-0, lavrado contra **ADSYS SISTEMAS AVANÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do débito no valor de **R\$46.106,78**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de novembro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

MARCOS ROGERIO LYRIO PIMENTA – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS